

Venezuela: Capitalismo e Luta de Classes

Fonte em espanhol:

<https://materialeslaemancipacion.espivblogs.net/2017/04/22/venezuela-capitalismo-y-lucha-de-clases/>

Os três posicionamentos que aparecem a seguir foram publicados entre 2013 e 2015 por diversos companheiros de luta. Embora dois anos já se tenham transcorrido, estamos convencidos de que seu conteúdo não carece de atualidade, e que, pelo contrário, o balanço que realizam corresponde bastante ao que ultimamente acontece naquelas terras do mar do Caribe.

Como já é de conhecimento comum, os materiais que difundimos neste blog sempre apontaram que se saia do rolo ideológico presente por igual nos meios de esquerda e direita. Se nossa realidade local geralmente nos excede, por conseguinte, o que ocorre fora de nossas fronteiras ainda mais. Porém, limitar-se a abandonar todo esforço por gerar crítica, divulgá-la e discuti-la não tem razão de ser. Contribuições como estas não devem ser entendidas como algo definitivo, mas como esforços que são parte de um processo contínuo, simples (mas necessárias) contribuições para forjar alternativas de luta próprias, autônomas e verdadeiramente revolucionárias a partir da crítica radical. Evidentemente, dar uma resposta certa a todas as implicações que concernem ao terreno prático da luta, assim como às inúmeras tarefas que realizá-las comporta, nada disso será resolvido em algumas linhas escritas, nem será obtido mecanicamente ou a curto prazo, nem muito menos com voluntarismos imediatistas. Fracassos e reveses contantes terão que ocorrer nas ruas para que se vislumbre avanços.



Enquanto isso, esboçando um pouco sobre o tema que abordamos, achamos pertinente enfatizar e sintetizar o seguinte: colocar-se sob as bandeiras do falso antagonismo “imperialismo yankee versus democracia socialista latino-americana” é aceitar cegamente marchar para o abismo, é participar em um simulacro de oposição que inevitavelmente acarretará que as coisas continuem iguais (ou pior que antes); por isso, quando levantamos o lema “Nem chavismo nem oposição”, não estamos fazendo uso de um mero slogan para confundir, longe disso, estamos expondo sem rodeios uma realidade que durante anos foi mistificada e tergiversada por todas as facções da burguesia.

A autodenominada revolução bolivariana não se contrapõe em nada ao capitalismo. O Socialismo do Século XXI é reformismo em estado bruto, encadeado na continuidade das tarefas democrático-burguesas, ou seja: a defesa da economia, do valor, do Estado, da nação, do progresso e do desenvolvimentismo.

Por outro lado, nem Hugo Chávez nem Maduro foram ditadores fascistas, muito pelo contrário, são tão democratas como seus homólogos que exigem “a libertação dos presos políticos na Venezuela” (obviamente se referem exclusivamente aos presos da MUD). Todos os cidadanistas/direitistas/democratas que cínica e hipocritamente se indignam e denunciam a repressão policial que o governo bolivariano leva a cabo, simultaneamente agem em “seus próprios países” como cúmplices, delatores, auxiliares e até partícipes diretos da repressão e massacre dos proletários precários, pauperizados e marginalizados que lutam contra a exploração e o saque que as empresas petroleiras, de gás e mineração realizam.



A luta revolucionária que reivindicamos para destruir o capital, é preciso combatê-la com o mesmo teor contra todos os Estados nacionais, reduzindo-os a escombros, sem importar o adjetivo que se atribui a eles, nem a ideologia que pregam ou o personagem ou grupo que esteja à cabeça; esta é uma afirmação ineludível de nosso programa histórico.

[Materiais]



O MITO DA ESQUERDA CAI DE MADURO

A situação social e econômica da Venezuela, depois de 14 anos de governo chavista e mais de um ano de governo madurista, não poderia dar mais do que os resultados que estamos vendo hoje. É necessário então fazer um exame histórico para contextualizar a atual explosão social.

Essa sucessão de governos “socialistas” e sua atual crise só podem ser compreendidas levando-se em conta que o socialismo de que se fala é, sem dúvida, um “socialismo” burguês. É a social-democracia instaurando seus governos “operários”, reivindicando a soberania nacional, a defesa da economia nacional, pretendendo governar para a classe que esmaga. Assim, com estatizações, uma grande renda proveniente do petróleo, uma enorme burocracia, muito nacionalismo e populismo, e pauladas e migalhas para a maioria do proletariado, é gerada a revolução bolivariana, e a Venezuela se constitui no bastião do tão na moda Socialismo do Século XXI.

Mas o fato de que os meios de produção sejam ou não estatizados não muda nada. Para os proletários, não faz nenhuma diferença que quem nos explora seja um proprietário particular, o governo nacional ou uma multinacional. O Capital não possui só um método para se reproduzir, utiliza o que melhor servir à sua reprodução, à sua própria valorização. Neste sentido, se o intervencionismo estatal e a lógica pseudo “socialista” são utilizados, é apenas em ocasiões em que é proveitoso, enquanto concilia os interesses antagônicos das classes e lhe permite continuar se desenvolvendo, se ampliando e usando a população sob o pretexto de crescimento da economia nacional. Como uma grande falácia, o “socialismo” burguês pretende que exista socialismo em um só país, o qual enquanto interesse nacionalista (regional, parcial) não pode ser nada mais do que interesse da burguesia que aponta para a atomização do proletariado. Seja qual for a sua forma, todo Estado é imperialista. Toda disputa ou aliança entre Estados não mais é do que a consequência do desenvolvimento das economias nacionais, ou seja, de interesses burgueses particulares e nunca dos interesses do proletariado.

As crises da Venezuela sempre foram associadas, tanto por Chávez como por Maduro, a tentativas de golpes de Estado ou complôs yankees, e codificadas como luta contra a direita ou o “imperialismo”. Em coerência absoluta, o discurso de Nicolás Maduro reitera que está enfrentando um “Golpe de Estado”, que seria similar ao que ocorreu em abril de 2002 com Hugo Chávez. A falsa dicotomia país socialista / potência imperialista que denunciávamos mais acima é desmascarada nos acordos comerciais entre esses países. A busca do lucro, assim como, em outros contextos, a necessidade de reprimir o proletariado em momentos de grande convulsão social, obriga a buscar algum novo contorcionismo discursivo para justificar alianças e medidas. Isso é demonstrado pelas medidas adotadas pelo chavismo frente à produção de petróleo em seu território.

Depois da greve no setor petrolífero em 2002, o governo encabeçado por Chaves propôs recuperar as empresas petrolíferas do país. A partir de 2005, é empreendida uma série de ações para recuperar o Cinturão Petrolífero do Orinoco (*Faja Petrolífera del Orinoco*), considerado a maior reserva de hidrocarbonetos do planeta. Já em 2007, é decretada a lei 5.200, que institui a nacionalização do Cinturão. São formadas numerosas empresas petrolíferas mistas, nas quais o Estado venezuelano obtém a maioria das ações mediante sua empresa estatal de petróleo e gás natural *Petróleos de Venezuela Sociedad Anónima* (PDVSA), retomando desse modo o controle – e grande parte dos royalties – das empresas que estavam nas mãos dos capitais internacionais.

Apesar da exagerada e descabelada propaganda midiática contra o imperialismo estadunidense, uma grande aliada na formação dessas empresas mistas foi a multinacional Chevron, conhecida pelo desastre ambiental que provocou

no Equador. Os defensores do “Socialismo do século XXI”, como todos os defensores do capitalismo, sempre têm uma justificativa para essas negociações, quando não são “estratégicas”, são simplesmente “necessárias”. Na Venezuela, o petróleo constitui a principal fonte de receita. Os destinos de seus barris de petróleo bruto são principalmente os Estados Unidos e, em menor medida, a Europa e alguns países latino-americanos.

Os acordos econômicos das petrolíferas são disfarçados com discursos que apontam à “soberania petrolífera” e à promoção das *Misiones Sociales*. Estas surgiram como iniciativa do governo nacional bolivariano e constituem um conjunto de medidas para atender os setores populares do país. Sua aparição ocorreu em um clima de conflito social e econômico, cujos momentos mais cruciais foram a tentativa de golpe de Estado em abril de 2002, a greve nas petrolíferas de dezembro do mesmo ano e o Referendo Revogatório de 2004. Hoje em dia, as empresas mistas são reconhecidas e glorificadas por “fortalecer a segurança social do país” quando cresce o orçamento asignado às *Misiones*.

Se a Venezuela conseguiu por tanto tempo limitar a deterioração é porque sua força de choque petrolífera confere uma vantagem comercial e monetária importante. Mas esta não basta para garantir a estabilidade da moeda e impedir a fuga de capitais, além do que, a redistribuição da renda petrolífera apresentava um risco inflacionário hoje confirmado. Durante as últimas quatro semanas, o governo de Maduro anunciou, praticamente dia após dia, novas medidas que prometem remediar a inflação e o desabastecimento. Mas fora das acaloradas discussões entre o governo e a oposição, a insatisfação foi vivida nas ruas.

Quando a cenoura apodreceu

Agora que tudo explodiu, que a inflação na Venezuela é a mais alta da América Latina, agora que essa grande massa de homens e mulheres lançados na miséria e submetidos ao desabastecimento e à fome saíram para as ruas, já não se pode desenhar a situação com paliativos baseados em medidas populares. Recentemente, Maduro optou por decisões similares com o objetivo de fazer frente ao que ele chama de “guerra econômica” ou “sabotagem econômica de facções apátridas”. Essas medidas, que vão desde a *Ley Habilitante* de custos e preços justos, passando por um novo sistema de subsídios para a compra de produtos de primeira necessidade, até a implementação de um novo sistema de câmbio e a reestruturação da administração das divisas estrangeiras no país, apontam ao intervencionismo e à estatização para reforçar a economia nacional. Tampouco servirão as absurdas propagandas oficiais, as mobilizações pró-Maduro ou os natais e carnavais antecipados. É então o momento de olhar mais de perto o que acontece com o surrado proletariado que habita a região venezuelana.

Em 4 de fevereiro explodiram protestos estudantis que tiveram sua gênese na agressão sexual a uma estudante na Universidad Nacional Experimental de Táchira. Alguns dias depois, em 12 de fevereiro, uma manifestação estudantil em Caracas desencadeou uma série de revoltas no país. O que começou como uma reclamação estudantil frente a uma situação de insegurança terminou em repressão estatal e um saldo de 14 estudantes detidos. Os protestos que se seguiram pela libertação dos estudantes foram os que deflagaram a tensão que vinha se acumulando no contexto da crise econômica, a situação de escassez de bens de primeira necessidade e de serviços básicos, assim como o começo da aplicação de um pacote de medidas econômicas por parte do governo. As manifestações se propagaram por outras cidades, especialmente Mérida, Táchira e Trujillo e foram igualmente reprimidas pela *Guardia Nacional Bolivariana* (GNB) e pelo *Servicio Bolivariano de Inteligencia Nacional* (SEBIN), além dos famosos grupos paramilitares financiados indiretamente e impulsionados diretamente pelo Estado.

Nesse contexto, parte da oposição, como os partidos encabeçados por María Corina Machado e Leopoldo Lopez, quiseram tirar proveito da situação e convocaram mobilizações exigindo, entre outras coisas, a renúncia de Maduro, numa tentativa de canalizar os protestos, legalizá-los, politizá-los. Por sua vez, os demais partidos de oposição que formam a *Mesa de la Unidad Democrática*, espécie de amálgama social-democrata, progressista, cristã, reformista, liberal (e poderíamos continuar...) que constitui a principal oposição da Venezuela, se opuseram abertamente aos protestos e realizaram um chamamento para abandonar as mobilizações de rua, superando assim a parcialidade de uns e a passividade de outros, generalizando o protesto por grande parte da Venezuela.

As mobilizações se estenderam a muitos pontos do país e foram convocadas em sua maioria através das “redes sociais”. Em cada zona, as opiniões e razões que impeliram as mobilizações variam. No caso de Caracas, foram protagonizadas especialmente por setores da classe média e universitários, e as reivindicações versaram sobre questões políticas, como a renúncia de Maduro e a modificação do modelo social e econômico. No interior do país setores populares se somaram ao protesto, incorporando demandas sociais tais como a crítica à inflação, escassez e falta de serviços básicos.

Após alguns dias de relativa calma, no sábado, dia 22 de março, foram retomadas as manifestações e os enfrentamentos entre simpatizantes governistas e forças opositoras. Essa jornada de marchas e contra-marchas derivou novamente em distúrbios e se registrou numerosos detidos e três mortos.

As razões do protesto vão desde reivindicações em saúde, moradia e abastecimento de bens de primeira necessidade até reclamações sobre insegurança. Entretanto, essas jornadas de protesto, à margem de suas razões verbalizadas, de suas palavras de ordem em muitos casos limitadas, foram uma crítica prática e apontaram para a destruição dos símbolos e instituições do Estado e do Capital. Houve investidas contra sedes de partidos políticos, tanto de oposição quanto governistas, ataques às sedes de instituições estatais e patrulhas do *Cuerpo de Investigaciones Científicas, Penales y Criminalísticas* (principal órgão estatal de investigações penais). Ademais, foram registradas investidas contra o Hotel Venetur (de propriedade estatal) e assédios prolongados à rede de televisão pública *Compañía Anónima Venezolana de Televisión* (VTV). Em Táchira, houve ataque contra a sede da *Fundación de la Familia Tachirense*; no município de Chacao, contra o Banco Provincial e o Banco Venezuela e, em Barquisimeto, à sede da *Compañía Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela* (CANTV).

Nenhum desses ataques é uma garantia frente à possível codificação dos protestos para uma demanda de reformas parciais, mas as mobilizações, *guarimbas* (barricadas urbanas) e as investidas por parte do proletariado da região venezuelana denunciam com paus e fúria, uma vez mais, a desumanidade do Capital, de sua faceta democrática e seus partidos, de seus meios de comunicação, de seu braço repressivo e suas forças de choque. Essa e outras revoltas de que somos testemunhas, que se sucedem em diversos lugares e aparentemente por motivos diferentes, se bem que muitas vezes resultem efêmeras, possuem uma conexão de interesses e de luta contra exploração, como a resposta mais humana contra a civilização, como crítica prática contra a ordem e seus representantes, como amostra da tentativa de impor as necessidades humanas frente às do mercado e das relações sociais capitalistas.

E, como sempre, quando a cenoura apodrece... só resta distribuir pauladas. O braço armado do Estado defende com prisão e tortura sua inquestionável propriedade privada. A repressão por parte da GNB, SEBIN e grupos paramilitares consegue dissolver alguns protestos ao mesmo tempo em que desencadeia outros. A repressão brutal, a detenção e tortura, a militarização da cidade de Táchira, as buscas e apreensões ilegais, entre outras coisas, foram a resposta preferida do Estado venezuelano a essa série de ataques e revoltas, deixando como saldo, até o momento, 36 mortos, cerca de 400 feridos e 1600 detidos.

Agora que a conversa fiada de poder popular mostra sua verdadeira face é o momento de insistir na espontaneidade dessas revoltas, e que, mais profundamente que as palavras de ordem que elas verbalizam, são rupturas da vida cotidiana, expressão talvez parcial e incompleta de uma classe cansada de viver e morrer esmagada, alienada de sua humanidade. As diversas formas em que essas condições se apresentam sob os diversos Estados não são nada mais que as diversas facetas de nossa condição de proletários. Compreender isto é compreender que somos parte do mesmo ser, na medida em que compartilhamos as mesmas miseráveis condições de existência e portamos a capacidade de terminar essa situação.

“Se o Socialismo do Século XXI só quer consolidar a democracia, o mercado e o nacionalismo, é preciso perguntar: por que pensá-lo como revolução, se só afirma aqueles nauseabundos valores em que nos movemos todos os dias? Tanto Correa e sua revolução cidadã, como Chávez e a revolução bolivariana nada mais fazem do que mostrar que o capitalismo muda para uma imagem bondosa e popular mas nem por isso abandona sua essência mortífera.”

La Oveja Negra N° 15



Venezuela: Crise, protestos, conflito político interburguês e ameaça de guerra imperialista

– A Venezuela está em crise porque o capitalismo está em crise; ou melhor dizendo, a crise capitalista mundial se expressa de forma bruta, crua e escandalosamente visível na Venezuela, não só no plano econômico, mas também no político, no social, ideológico e, provavelmente, no geopolítico-militar de agora em diante.

– A situação atual da Venezuela é uma demonstração do fracasso dos governos do “socialismo do século XXI” em administrar com êxito a crise capitalista. O que se passa é que o Capital e sua crise são ingovernáveis: é o Capital que governa a sociedade e, portanto, o Estado, não o inverso. Crer no contrário é ilusão, enquanto que pretender realizar isso é reformista.

– O governo do *Partido Socialista Unificado da Venezuela* (PSUV), como bom capitalista que é, não pode fazer nada mais do que “descarregar” ou fazer que os proletários “paguem pelos pratos quebrados”: desabastecimento ou escassez, inflação, subemprego, desemprego, empobrecimento. Isto é, austeridade e miséria. Provocando como consequência lógica novos protestos de rua contra tais condições materiais de existência, como as de fevereiro-abril deste ano (e como as de fevereiro do ano passado, é claro). Então, este governo, conforme seu papel, não pode senão optar pela repressão: as leis repressivas “de exceção” aprovadas pelo Congresso (a tal resolução 008610, que autoriza a polícia reprimir os protestos com balas letais), a consequente morte de alguns jovens manifestantes pelas mãos da polícia, etc. Apesar de que se justifique dizendo que faz isso contra “a direita desestabilizadora e golpista, em complô com o imperialismo yanqui” e que inclusive “lamenta as mortes desses estudantes”, é evidente que o governo de Maduro – assim como todos os governos de esquerda – não tem nem sequer um cisco de revolucionário. (Novamente, cabe mencionar que Rouseff e Correa fazem essencialmente a mesma coisa em seus respectivos países.)

– Ainda que, nos protestos do ano passado, nossa classe tenha sim reivindicado suas necessidades materiais mediante ações diretas contra o Capital e o Estado (saques, barricadas, pedradas, ataques a sedes de partidos, etc.); ainda que neste ano tenha voltado a sair nas ruas em protesto contra a escassez e “contra o regime”; e ainda que a miséria e repressão que hoje sofre talvez a faça se sacudir de tantos anos de “chavismo” e “misiones sociales”, o problema é que o proletariado na Venezuela – como em muitos outros lugares – ainda é débil; quer dizer, ainda não consegue se reorganizar e atuar com autonomia e potência, com reivindicações e organizações próprias, como um força social real, como classe da negação. Mas nem por isso é preciso descartar a possibilidade de uma explosão de raiva proletária incontrolável tanto para o governo como para a oposição, a emergência de um proletariado selvagem na Venezuela precisamente devido às duras condições em que atualmente mal vive a nossa classe ali. Ao fim e ao cabo, em todas as partes, nossas necessidades humanas enquanto proletários, insatisfeitas ou negadas pela propriedade privada e pelo dinheiro, se acham em contraposição material e total com as necessidades da acumulação e administração do Capital; de maneira que o antagonismo estrutural e latente entre a classe capitalista e o proletariado pode, cedo ou tarde, explodir; especialmente em situação de crise, já que esta pode, por sua vez, reaquecer esse “caldo de cultivo” da luta proletária contra o Capital e seu Estado.

– Dos estudantes de baixos recursos, passando pelos desempregados e pelos subempregados “informais” das ruas, que na Venezuela – e na América Latina em geral – abundam em sua miséria, e que, além disso, são os que moram nos subúrbios e assentamentos periféricos. Assim como os proletários “indígenas” e “camponeses” de outras

províncias, que já enfrentaram em repetidas ocasiões as empresas petrolíferas, de mineração, de carvão, todas elas respaldadas pelas forças da ordem do socialismo do século XXI; sem esquecer dos diversos setores da classe trabalhadora que protestaram por questões reivindicativas: demissões, salários, serviços, etc. Todos eles constituem o proletariado em luta, e sua presença nas ruas configurando esforços de revolta o demonstra. Por conseguinte, é completamente estúpido generalizar os protestos como se se tratassem de um amálgama homogêneo que obedece exclusivamente aos desígnios da *Mesa de la Unidad Democrática*. “Oposição fascista” ou “agentes imperialistas” são alguns dos apelidos ridículos que diariamente vemos em todos os meios da esquerda rançosa para designar os que lutam contra suas miseráveis condições de existência... é necessário de uma vez por todas romper com todas essas falsas interpretações reducionistas que só sabem defender a todo custo o reformismo progressista adornado com bandeiras anticolonialistas.

– Dizemos que a revolta proletária na Venezuela é uma possibilidade e não algo “inevitável”, porque pensar isso seria mecanicista e alimentar falsas expectativas. Ademais, porque seria absurdo e irresponsável não advertir que tanto o governo como a direita venezuelana até podem – como sempre – pescar em rio revolto ou enquadrar as mobilizações para desmobilizar todo o movimento. O governo de Maduro, porque, de fato, já está aproveitando a ameaça dos EUA contra a Venezuela para blindar ainda mais sua maquinaria estatal e para ocultar ou fazer passar a segundo plano sua crise e luta de classes interna, conclamando ao “patriotismo”, à “soberania”, à “solidariedade anti-imperialista” e, de passagem, exortar o auto-sacrifício pela “economia nacional”. E a direita venezuelana (representada na chamada *Mesa de Unidad Democrática* – MUD), porque obviamente está respaldada pelo imperialismo norte-americano e porque, em caso de invasão, ela responderia por ele no poder político. A história política regional e mundial demonstra que é assim que funciona e não devemos nos enganar a respeito. Frente a isso, esclarecemos que a ruptura e autonomia proletárias, que consideramos necessário que apareça na Venezuela, não só seriam fora e contra o governo de esquerda de Maduro ou da burguesia “bolivariana”, mas também fora e contra a oposição de direita venezuelana, dessa burguesia “oligárquica”, rançosa e ultra-reacionária. Não só fora e contra esta ou aquela facção do Capital-Estado, mas contra todo o Capital-Estado enquanto tal. Tudo isso, nesse caso concreto, significa e implica em não participar do conflito político interburguês entre governo e oposição, não fazer esse jogo, mas, pelo contrário: ultrapassá-lo, rompê-lo, assumindo a luta de classes para defender, generalizar e impor as necessidades humanas contra as do Capital, suas próprias reivindicações de classe mediante suas próprias estruturas de luta. O que, por sua vez, poderia conduzir(-se) a uma revolta e depois a necessidade de lutar pela revolução social ou total; não por uma revolução política, parcial, burguesa (na qual a direita retomaria o poder político ou a esquerda o mantenha), nem muito menos para que desemboque na guerra imperialista que faça o proletariado servir de bucha de canhão (no caso dos EUA invadir a Venezuela). Desde que exista ou emerja minorias revolucionárias militantes e ativas na Venezuela – das quais ainda não temos sinais reais e convincentes –, essa deveria ser uma de suas tarefas principais no momento. Ou será que o proletariado na Venezuela – inclusive as minorias radicais – só responderá e lutará contra seus inimigos mortais de classe quando a guerra o estiver matando aos milhares pelas ruas e fronteiras, já não mais pela fome mas pelas balas por parte de ambos os Estados? A luta de classes real é que terá a última palavra.

– Todos os governos socialistas, nacionalistas e anti-imperialistas que existiram foram, são e serão capitalistas. A “revolução bolivariana” deixa intacto o Estado nacional, a propriedade privada e o comércio mercantil externo e interno, elementos fundamentais do sistema capitalista; os governos de esquerda e progressistas são diferentes na forma mas não no conteúdo de seus rivais de direita e imperialista. Suas lutas, inclusive suas guerras, são inerentes, inevitáveis e necessárias para que esse sistema funcione e sobreviva: o capitalismo não pode existir ou ser como tal sem competição e sem guerra. (Ademais, não houve guerra de defesa da soberania nacional e/ou de libertação nacional que não tenha sido parte de uma guerra inter-imperialista). Mas esses conflitos intercapitalistas só continuarão ocupando o papel de protagonista até que o proletariado reapareça em cena com força e autonomia desafiando a ordem existente. Então, os dois bandos burgueses agora adversários se unirão sem disfarces nem aparências em um só partido – partido da ordem, da reação e da democracia – contra nossa classe, porque eles preferirão se aliar do que ver cambalear o sistema que lhes assegura o poder e a dominação.

– Esse quadro que emerge seria ainda mais catastrófico se a China e a Rússia decidissem apoiar inclusive militarmente a Venezuela, não por “afinidade ideológica” nem “anti-imperialismo”, mas porque as duas potências orientais em ascensão possuem fortes interesses econômicos e geo-estratégicos para tratar nesse país, como na América do Sul em geral. Por outro lado, como nos últimos tempos, os EUA perderam terreno e poder em outras regiões, hoje se volta para o seu “quintal traseiro” de sempre para usá-lo como “coringa” de sua política de supremacia “unipolar” em declínio. Então, não apenas estaria em disputa o petróleo e o controle territorial, mas parte da própria hegemonia mundial. Líbia, Iraque e/ou Ucrânia na Venezuela? Talvez. Seja como for, soam

tambores de guerra imperialista na América do Sul, ou mais exatamente, da invasão militar estadunidense do território Venezuelano.

– A “violação dos direitos humanos” por esse governo de esquerda – como se se nenhum Estado exercesse seu terrorismo repressivo! Hipócritas! – nada mais é do que um pretexto verossímil para brandir um discurso de “falta de liberdade na Venezuela”. Faz poucos anos, os EUA já esgrimiram desculpas similares sobre a Líbia e o Iraque [e atualmente, a Síria] para tal efeito – e fez isso também nas vésperas de algumas guerras durante o século XX. Não, não é “falta de democracia”, senão que em todos os lugares é a própria democracia que reprime, encarcera, tortura, assassina; porque a democracia na realidade é a ditadura “legal e legítima” do Capital sobre o proletariado. Recordemos que também com esse pretexto, os EUA fizeram já várias guerras em diversas regiões periféricas ou “não ocidentais” do planeta. Então, é pelo petróleo que querem fazer a guerra? Claro que sim, considerando as grandes reservas de “ouro negro” que a Venezuela possui, assim como os grandes negócios petrolíferos entre a “boliburguesia” e a Chevron, no sentido de monopolizar o mercado de petróleo internacional nessa região (como Marx dizia, concorrência e monopólio não são polos antagônicos mas complementares, os dois lados da mesma moeda. E como costumam dizer os burgueses e seus economistas: “nos negócios, não há amigos”). Ainda mais profundamente, considerando que o petróleo é energia e a energia é o sangue da economia, isso seria um lucrativo negócio por si só, assim como uma válvula de escape para a atual crise capitalista mundial. Algo que, entretanto, sairá “mais caro” e catastrófico no futuro devido à atual “crise do petróleo” e todos os desastres e conflitos que ela acarreta. Contudo, o petróleo não é ainda a causa principal desse drama ou tensão internacional na região.

– A burguesia dos EUA e o Pentágono não são tolos nem ficam de braços cruzados. Muito pelo contrário. Se nem um governo de esquerda nem a oposição de direita foram capazes de administrar a crise capitalista em um pedaço importante de seu “quintal traseiro”, existe também o “risco” de que nesse país o proletariado – esse “espectro” que a burguesia tanto teme – reemirja explosivamente e fora de controle, como uma força real, autônoma e indomável. Acaso uma potencial “revolta de fome” e contra o Estado na Venezuela? Ante semelhante ameaça, os EUA não podem deixar de cumprir seu papel de guarda ou polícia mundial: eis aí uma das necessidades de intervenção armada na Venezuela. E talvez nem esperem que essa potencial revolta aconteça, mas antecipem seus movimentos para “preveni-la”. Em conclusão, a guerra imperialista é feita – como sempre – para esmagar toda tentativa revolucionária e repolarizar o poder da burguesia. A guerra é sempre guerra contra o proletariado. Nesse caso específico, trata-se de “neutralizar” a contradição fundamental e real, de fundo: o antagonismo de classes e toda tentativa de revolução radical.

– Além do mais, não é só pela ameaça de um proletariado selvagem nesse país que os EUA fariam a guerra imperialista à Venezuela, mas porque já tem um problema em potencial “em sua própria casa”: o movimento de protestos e distúrbios que explodiram nas cidades de Ferguson, Baltimore, Oakland e Charlotte no lapso dos quatro últimos anos. Quer dizer, os EUA fariam a guerra também para fortalecer e ganhar a guerra contra o proletariado que vive e luta dentro de seu próprio território: por exemplo, alistando nas filas do exército proletários jovens – negros, latinos e brancos – para irem matar e morrer em outros países e assim evitar que fiquem nas ruas como “desocupados” e “vândalos”. O que, paradoxalmente, poderia se transformar num bumerangue, havendo já vários indícios ou mostras disso. Esse é outro fato que justifica a importância que hoje em dia tem a relação internacional entre a Venezuela e os EUA, assim como a situação interna de ambos os países, no sentido de manifestar a dialética histórico-concreta entre a guerra de classes e a guerra imperialista.

– Por esse mesmo fato, o único que pode parar e reverter a guerra imperialista comandada pelos EUA em praticamente todo o mundo é o proletariado não só nos países em guerra – real ou potencial – mas o proletariado de todos os países e todas as regiões, de todas as “cores” ou “raças”, atuando como uma única força mundial e histórica contra um único inimigo: o Capital-Estado mundial. O único modo de acabar realmente e na raiz com a guerra e com o capitalismo é a revolução proletária mundial. Mas, para isso, primeiro é necessário que nossa classe se assuma como o que é, como proletariado, como classe antagônica ao Capital; que supere suas separações (nacionais, raciais, sexuais, ideológicas, etc.), que são impostas por ele; que se reaproprie de seu programa histórico e lute por impô-lo; que lute por suas próprias reivindicações com suas próprias formas de associação e métodos de luta de classe; que assuma que não tem pátrias e que pratique o internacionalismo proletário, lutando contra “suas próprias” burguesias e Estados nacionais, assim como contra todo nacionalismo e regionalismo (pesos ideológicos e identitários tão arraigados na América Latina); que à guerra imperialista se oponha o derrotismo revolucionário que a transforme em guerra de classes revolucionária e mundial. É preciso um sujeito revolucionário. Mas ele só se reconstitui no calor da própria luta de classes e, segundo demonstra a história, depois de muitas derrotas. Quantas derrotas a mais serão necessárias, irmãos proletários de todo o mundo?

– Talvez estejamos nos adiantando aos fatos, mas se tal coisa não chegar a se concretizar, ou seja, se os EUA não invadir a Venezuela, igualmente exclamaríamos e seguiremos exclamando, porque hoje em dia – como sempre e para onde quer que se olhe, estamos em guerra. O Capital e seu Estado sempre estiveram, estão e estarão em guerra permanente contra a nossa classe para nos manter explorados e dominados, divididos e débeis, anulados e destruídos como classe. Então, para defender e recuperar nossa vida, é hora de nós proletários assumirmos a guerra de classes e que a travemos contra eles. Em todos os lugares, até o fim...

Proletários que vivem na Venezuela e em todos os lugares:

**Nem governo, nem oposição, nem invasão!
Nenhum sacrifício por nenhuma nação!
Contra a guerra intercapitalista e imperialista: luta de classe autônoma,
anticapitalista, anti-estatal e internacionalista!
Revolução proletária mundial ou morte!**

Proletários Revolucionários*

** (Modificamos ligeiramente a redação em alguns parágrafos do texto com o fim de dinamizar a leitura, claro está, sempre sem alterar em absoluto o conteúdo e as posições expostas, posto que nelas estamos completamente de acordo).*



PODER POPULAR E SOCIALISMO DO SÉCULO XXI: Os modernos trajes da social- democracia

O alardeado socialismo do século XXI nada mais é do que o frentepopulismo do século XXI. A velha gororoba social-democrata volta a ser servida na mesa do proletariado para que tome coragem e saia para combater a direita, o neoliberalismo, o imperialismo, os fascistas, os ianques ou quem for designado politicamente como o novo inimigo no próximo fórum social, contra-fórum ou encontro cultural. Para assim tratar de impedir um enfrentamento total com nosso inimigo de classe: a burguesia mundial, aqui ou acolá, de esquerda ou de direita, que são sempre representantes do Capital.

É assim que hoje, particularmente na América Latina, os governos progressistas mitificam estrategicamente certos setores da burguesia engrandecendo uns e atirando merda em outros. Uma estratégia similar que, guardadas as devidas proporções, funcionou na década de 1930, liquidando os setores mais combativos do proletariado internacional, particularmente na região ibérica para onde afluíram revolucionários de todas as latitudes e que foi coroado com o massacre proletário que significou a Segunda Guerra Mundial. A criação de pseudo-antagonismo como fascismo/antifascismo serve à burguesia mundial, e não é nenhuma novidade eludir o antagonismo de classe para convocar à luta contra esse ou aquele setor da classe dominante.

Os mesmos que nos conclamam ao apoio das forças progressistas da burguesia nacional, dos anti-imperialistas, dos burgueses industriais contra “o atraso do campo”, são os mesmos que em outras ocasiões nos conclamam para combater essas forças. Eles chamam isso de estratégia, chamam de política... É o progresso do Capital e eles são seus agentes. A manutenção da ordem capitalista, com sua paz e sua guerra, se baseia nessa desorientação, na canalização do proletariado nos projetos burgueses disfarçados de revolucionários. A conclamação para construir poder popular é um deles. Apesar de nem todos os partidários do poder popular serem partidários do socialismo do século XXI, e até pode haver grandes disputas entre eles, os dois conceitos compartilham uma mesma matriz ideológica. Não pretendemos nos imiscuir nas lutas terminológicas e politiqueras, mas delinear suas principais características.

As conclamações para construir poder popular, vindo desde autodenominados comunistas ou anarquistas até chavistas, se caracterizam basicamente pela insistência em um populismo aclassista e uma indefinição – própria da necessidade de captar a maior quantidade de setores possível – que recorre a artimanhas terminológicas tanto quando precisa definir “o popular” como quando deve definir o “poder” derivando no “poder fazer”, contrapoder, duplo poder, a tomada do poder institucional, a luta por fora das instituições, o apoio crítico a algum governo, etc, etc. Poder popular pode significar a disputa do poder político por parte do povo, ou o crescimento das organizações populares que se dedicam à luta por reformas até conseguir força suficiente para dar o passo eleitoral, pode significar o poder fazer para criar escolas populares, cooperativas, empreendimentos autogestionários de saúde, comunicação, alimentação, etc; que na maioria dos casos são impulsionados pelo Estado ou que não conseguem se manter à margem dele, e inclusive nos casos mais “radicais”, de aparente total independência do Estado, longe de perturbar a ordem capitalista, não fazem mais do que geri-la e nesse aspecto são também parte do Estado. Na Venezuela até foi acrescentado ao nome de cada ministério o sufixo “de Poder Popular”, e quando Chávez morreu, choraram desde burgueses até libertários de apoio crítico. Mas o chavismo e sua oposição burguesa nada mais são do que duas formas de gestão capitalista, duas alternativas para manter a marcha do Capital.

Não nos interessa delimitar suas propostas, mas afirmar que seus projetos, aproveitando nossas debilidades atuais como classe, negam a revolução social como ruptura total para convertê-la em um processo de absorção ou de

reformas políticas em que as instituições e suas funções começarão a ser “do povo”, negando o caráter proletário da revolução, negando que é a burguesia que tem o poder.

Trata-se de destruir seu poder, de negá-lo, de impor a revolução total, de compreender que a necessidade de revolução não deriva de uma ideia abstrata mas da generalização de todas as nossas necessidades e desejos humanos, e não a unidade amorfa e etapista das reivindicações convertidas em meras reformas separadas e classificadas em políticas, econômicas, culturais, ecológicas, de gênero, imediatas, históricas.

Essas tendências são tão reformistas que em muitos casos nem sequer falam mais de revolução, mas de mudança social, de processos de mudança. Por sua vez, desse reformismo que separa tudo surge a invenção de “novos sujeitos de mudança” assignados a este ou aquele “setor popular”, classificações sociológicas outorgadas por acadêmicos e políticos, utilizadas sempre para dividir, isolar e forçar o proletariado a se submeter à burguesia e manter a exploração. Falam de indígenas, estudantes, mulheres, camponeses, trabalhadores desempregados, precarizados, profissionais, classe média, intelectuais, do povo... Enfim, de cidadãos, e se buscam justamente aí um sujeito de mudança é porque não querem mudar nada, e muito menos querem uma revolução proletária. Pelo contrário, buscam a destruição do proletariado e de seu programa, mantendo intocáveis o Estado, a democracia e seus direitos, o trabalho assalariado e a propriedade privada.

Os pouco que se atrevem a falar de classe trabalhadora, operária ou explorada, o fazem de maneira apologética para continuar defendendo o trabalho assalariado, e concebem a classe como uma soma de todos esses sujeitos ou setores populares que deveriam se unir atrás de um ou outro projeto político que daria respostas a cada setor em particular. Novamente, não passa da velha noção social-democrata de revolução como mero acúmulo de reformas!

Onde se faz mais evidente o caráter burguês desses projetos é quando buscam canalizar o proletariado no latino-americanismo, que nada mais é do que uma soma de nacionalismos, nada mais é do que a defesa dos interesses de um grupo determinado de burgueses através de um grupo de Estados. Todo Estado é imperialista por mais débil que seja sua economia nacional ou atrasada sua indústria. Nas guerras do Capital, como nos mercados, só está em jogo interesses burgueses imperialistas e nunca os interesses do proletariado. A separação ideológica entre primeiro mundo e terceiro mundo, ou entre “países desenvolvidos” e “em desenvolvimento” põe em competição os proletários entre si, ao mesmo tempo que confunde e destroi as tarefas revolucionárias. A noção etapista da revolução nos diz que na América Latina é preciso realizar as tarefas democrático-burguesas desenvolvendo a indústria nacional, fortalecendo a democracia. Outra vez o velho conto de libertação nacional, mas desta vez mais através das urnas do que das armas.

As críticas a essas tendências são tão velhas quanto o enfrentamento entre revolução e contrarrevolução. Apesar de se apresentar como novidade, do século XXI, não passam do velho reformismo com uma nova face, defendido tanto em nome da “revolução” como negando sua necessidade. Mas a reforma é sempre, e em todos os casos, a arma dos inimigos, dos exploradores e opressores contra as necessidades humanas. A revolução, a imposição e generalização dessas necessidades, não pode ser realizada reformando essa sociedade baseada na exploração, no sacrifício, na negação mais brutal da vida em favor da valorização do Capital, mas única e exclusivamente mediante sua destruição violenta.

A questão não é que as reformas e construções propostas pelo poder popular sejam incompletas ou que fiquem na metade do caminho, mas que vão em outra direção! Pois são parte da política da burguesia para canalizar e negar a força revolucionária do proletariado e transformá-la em força produtiva do capital.

Toda defesa da economia nacional, pinte-se ou não de socialista, é a defesa de nossa exploração.

Contra as alternativas de gestão burguesa, oponhamos a organização e centralização das lutas proletárias.

Frente à catástrofe capitalista, há apenas um caminho para a vida: a destruição revolucionária do trabalho assalariado e da mercadoria.

Proletários Internacionalistas